TURISMO CULTURAL NA RESERVA INDÍGENA FRANCISCO HORTO BARBOSA EM DOURADOS - MS

Adriano Cosma Cabreira[1]
Edvaldo Cesar Moretti[2]

1. Introdução

Neste trabalho é analisada uma atividade que gera empregos e vem crescendo com índices mundiais animadores, esta atividade é o turismo.

A valorização da atividade turística é conseqüência do estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, onde à preocupação maior é atender a necessidade deste modo de produzir, gerando mais-valia e subjugando a natureza e o social. Assim, nas férias, por exemplo, o indivíduo procura algo diferente daquele ambiente que está acostumado e se refugiando em lugares que os elementos da natureza não foram totalmente degradados.

Nesta busca pelo natural, ou pelo o que não foi totalmente alterado no processo de produção do capitalismo, uma modalidade turística começou a ter importância, esta atividade é o etnoturismo. Este modelo turístico trabalha com elementos do turismo cultural e, visto que explora a cultura.

É exatamente esta modalidade que é analisada neste trabalho, mas tratando especificamente do etnoturismo em áreas indígenas, que envolve o índio e toda sua comunidade nesta atividade.

Primeiramente é necessário refletir como o índio e a sua comunidade são definidos perante a lei, visto que são eles, que sentem com mais efeito as conseqüências desta atividade. Assim, perante a lei nº 6.001 - de 19 de Dezembro de 1973 - do Estatuto do Índio, em seu artigo 3º:

> I - Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é intensificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;
>
> II - Comunidade Indígena ou Grupo Tribal - É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional,

[1] Acadêmico de Geografia da UFMS; adrianogeografo@hotmail.com.br
[2] Docente da UFMS Humanas; emoretti@ceud.ufms.br

> quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados.

Além destas definições é importante destacar que neste estudo será utilizada a expressão "não-índio" quando for feita a referência aos agentes que não forem indígenas, uma vez que entendemos que a denominação não-índio expressa com maior propriedade a complexa relação entre os indígenas e outras sociedades.

Estes termos servirão para identificar os agentes envolvidos no contexto do etnoturismo que serão empregados neste trabalho, que discutirá as formas de emprego que o turismo assume nas reservas indígenas e as conseqüências sócio-econômicas desta atividade para as comunidades, apontando os benefícios e os problemas da atividade turística em áreas indígenas e colocando a possibilidade de reflexões, com o conhecimento geográfico como alicerce, sobre a problemática indígena, o desenvolvimento local e a atividade turística.

2. Atividade Turística como Meio de Desenvolvimento Econômico e o Surgimento do Etnoturismo

A atividade turística vem ganhando extrema importância na reorganização dos lugares, geralmente ela é manipulada por empresas que imprimem no território um valor mercantil, supervalorizando as potencialidades a serem exploradas. Desta forma, a atividade turística exerce um papel fundamental no mundo moderno, não apenas no sentido econômico, mas como na maioria dos estudos apontam, também em relações sociais e culturais. Neste contexto, o lugar apresenta-se como um complexo de símbolos mediadores entre moradores e visitantes, tornando-se um veículo de construção e intercâmbio cultural. Neste contexto, segundo SAHR (2002), duas perspectivas se cruzam: a do "visitante-consumidor", para quem o lugar realiza suas idéias, suas fantasias e seus desejos; e a do morador do lugar, para quem o mesmo local é expressão da vida cotidiana, da história e da cultura, apresentando manifestações de identificação e uma função socioeconômica.

Deste modo, desenvolvendo estas duas perspectivas, a atividade turística vem crescendo e proporcionando bons resultados econômicos para algumas regiões ou até mesmo para alguns países, e de encontro a este contexto, o artigo Turismo e Economia, publicado no Provedor Terra Vista[3], revela que o turismo em Portugal é um dos ramos da economia nacional, onde pode-se identificar o maior potencial de crescimento, seja em áreas já tradicionalmente identificadas como tendo competência turística, seja em espaços que iniciam agora um processo de estruturação e afirmação em segmentos de mercado emergentes.

3 http://www.terravista.pt/portosanto/3453/O%20turismo%20na%20Economia%20 Portuguesa.htm , acessado em 26/07/2004.

O turismo é indiscutivelmente um dos componentes mais importantes da economia portuguesa, representando em 1995 cerca de 5% do PIB, desta forma, as receitas turísticas de Portugal, fazem deste ramo da economia o maior gerador de divisas, foram, segundo o Banco de Portugal, em 1996 de cerca de 4.263 milhões de dólares, o que significa um crescimento de 14.9% face aos rendimentos obtidos no início da década de 90.

A forma como a atividade turística vem se desenvolvendo no Mundo nos permiti concluir que esta atividade possui um elevado potencial econômico, que deverá ser aproveitado como um dos vetores para o possível desenvolvimento das territorialidades.

É exatamente pelo fato do turismo ter capacidade de proporcionar benefícios econômicos, que ele é apresentado, no discurso, como "salvação" para muitas regiões, e neste sentido Hélio Fraga jornalista do jornal O Estado de São Paulo sintetiza esta idéia generalizada no senso comum e até mesmo na ciência:

> Há uma solução visível para gerar empregos e renda, tirar os municípios dessa falência administrativa, revitalizar a economia, impulsionar o crescimento do mercado, evitar mais desemprego (...) O turismo é a nossa salvação e tem de ser a prioridade total. Vamos redescobrir nossas belezas naturais, um potencial fantástico e inexplorado, lamentavelmente tão malcuidado. (estadao.com.br de 23 de março de 1999)

Reforçando esta proposta de turismo como uma "salvação", os dados da Organização Mundial de Turismo revelam que esta atividade cresce 7,5% ao ano, podendo propiciar desta forma, o desenvolvimento econômico de um lugar.

Um bom exemplo da transformação econômica provocada pela atividade turística é notório no comercio da "cidade-turística", já que em tese a grande concentração de pessoas nesta localidade proporciona um maior consumo de produtos, o que vai aumentar as vendas e os postos de trabalho relacionados ao comercio e aos serviços.

Assim, neste contexto de crescimento econômico, um exemplo é a série de transformações verificadas em Cuba, pós-guerra fria. Cuba é um exemplo mundial da importância do turismo no mundo.

Ideologicamente, a atividade turística praticada em Cuba é apontada como um fator de mudança no regime político cubano, claro que neste caso específico é necessário que seja realizado estudos mais detalhados sobre o fenômeno turístico neste país. Mas nos limites deste trabalho, utilizaremos Cuba apenas como um exemplo do ideário dominante da atividade turística como "salvação econômica" dos lugares.

Assim na vasta variedade de modalidades turísticas (histórico, ecológico, rural...) que são desenvolvidas e chamadas de salvação para uma região, existe uma que vem despontando nos últimos anos, é o etnoturismo, que consisti na mercantilização da cultura de uma determinada etnia, ou seja, danças, artesanato, comidas, festas, cerimônias religiosas, enfim, todas as manifestações culturais de um povo, que potencialmente podem ser utilizadas como uma espécie de atrativo para os visitantes.

Dentro desta idéia, destaca-se o turismo em áreas indígenas - que nesta denominação pode ser chamado de *etnoturismo indígena* – e que se desenvolve de forma acentuada em alguns países como o Canadá, Austrália e especificamente na América do Sul, no Chile. No Brasil esta atividade começou a ser introduzida recentemente em alguns municípios como Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, ambos na Bahia, além de Campo Novo dos Parecis no Mato Grosso entre outros.

Como exemplo do etnoturismo indígena no Brasil, destaca-se Porto Seguro, onde esta atividade vem crescendo, pois nesta região os índios Pataxós foram estimulados a resgatar "suas raízes" através do artesanato e de suas danças, utilizando essas manifestações como atração a oferecer aos turistas. Assim as pessoas que visitam os pontos históricos, acabam fazendo uma parada na aldeia indígena.

Este conjunto fez com que o município de Porto Seguro ficasse em sétimo lugar entre as cidades mais visitadas por brasileiros (573.120 turistas) no ano de 1998 (GRUNEWALD,2001:131)

Apesar dos benefícios divulgados, este tipo de atividade pode trazer danos às localidades em que ela foi implantada. De acordo com BRAGA:

> *o possível desenvolvimento econômico na região a ser explorada deve levar em conta a comunidade residente (...) No caso da comunidade indígena, onde a caça é cultura e meio de subsistência, o planejamento deve ser maior ainda, junto a membros de tal comunidade. As operadoras devem preparar seu grupo para se comportar com o devido respeito em uma cultura, onde eles são hóspedes. Procurar conhecer e entender os hábitos locais é um crescimento pessoal muito diferente de impor os seus próprios "hábitos" (BRAGA,V. 2002).*

Percebe-se que a introdução do etnoturismo modificou profundamente as características desta aldeia Pataxó, inclusive o gerente regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Porto Seguro, Antonio Manoel da Silva, responsável pela reserva, afirmou que os Pataxós foram "iludidos" pelo Ministério (da Cultura e Desporto). "*Os índios*

aprovaram o projeto porque foram seduzidos pela promessa de ter água encanada, esgoto e casas confortáveis, mas isso não está sendo cumprido. O projeto não tem nada a ver com a cultura indígena", (Gonzáles. C. –Folha de São Paulo - 27/02/2000- http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc27022 00016.htm, acessado em 05/2002).

3. O Papel do Estado e a Atividade Turística[4]

Com o processo de desenvolvimento da atividade turística, onde ela se apresenta como um meio de promover economicamente e reordenar territorialmente determinados lugares, quase sempre ela é apoiada pelo Estado[5], que se expressa através de políticas socioespaciais implementadas especificamente para este setor.

Pelo fato do Estado possuir um papel importante na estruturação e implementação da atividade turística, que se torna necessário discutir alguns de seus conceitos.

Para discutir o papel do Estado, no que se refere ao turismo, e conseqüentemente ao Etnoturismo que é uma modalidade desta atividade, torna-se necessário entender a significância do Estado, isto é, a sua concepção no "real", na sociedade atual. Para tal, com base em Anieres Barbosa da Silva (2002) que buscou em Marx, Engels e Beni uma definição na qual permite compreender no "real", a concepção de Estado:

> Ancorando-se nas idéias de Marx e Engels (1984), entendemos que o estado surge da contradição entre o interesse de um indivíduo e o interesse comum a todos os indivíduos. A sociedade se transforma em Estado, um Estado aparentemente divorciado do indivíduo e da comunidade, mas, na realidade, articulado com determinados grupos, que, no moderno Estado Capitalista, representam uma elite econômica: a burguesia. Assim, podemos enunciar que o Estado passa a ser uma forma de organização que esta burguesia necessariamente adota, para fins internos e externos, para garantia mútua de sua propriedade e interesses (Marx e Engels apud Carnoy, 1998, p.78), influindo, portanto, nas medidas estatais, de maneira que o ganho das outras classes sociais seja subjugado aos da classe econômica dominante.

4 O objetivo deste capítulo não é esgotar e tão pouco abranger todas as questões pertinentes às discussões sobre Estado. Por esta razão não será pautada a atuação do Estado em vários períodos históricos e nem haverá aprofundamento teórico. Serão apontadas algumas concepções de Estado como instituição, para introduzi-lo na discussão do Etnoturismo.

5 Estado que nos referimos, trata-se do governo, do poder público, e não de uma área específica do território nacional que foi dividida politicamente; e nem do Estado como país/nação, que foi constituído historicamente e que se refere a um território e sua população, que em termos mundiais, são diversos e com características próprias decorrentes das características naturais, socioeconômicas e culturais peculiares a cada espaço.

> Entrementes entendemos que compete ao Estado moderno a realização de funções básicas para garantir a permanência da unidade territorial e/ou dos anseios, desejos e necessidades da população. Para nós, o Estado continua sendo a única entidade legítima da sociedade estruturada. Ele tem no turismo uma de suas atividades e para ele dirige sua atenção setorial, trazida na política traçada para atender aos requisitos de crescimento do setor (Beni, 1997, p.79).

4. Estado e o Etnoturismo

Sendo o Estado, uma estância pública, e reguladora, ele está, sempre que possível, intervindo nas áreas indígenas para estruturar a atividade capitalista do turismo.

Isto ocorre porque o Estado, como regulador do território, assume a incumbência de planejar o "norte" da atividade turística no espaço, já que ele possuí os meios de viabilizar e implementar o turismo em determinadas áreas, uma vez que dificilmente a iniciativa privada "aposta" em algo que não está estruturado. Desta forma, o Estado age como o estruturador do turismo implantando ou pavimentando estradas que dão acesso aos atrativos turísticos, implantando a rede de energia elétrica, a comunicação, o saneamento, ou seja, ele é o responsável pela "urbanização" necessária ao turismo, uma vez que certos equipamentos urbanos são indispensáveis ao conforto do turista.

Mas o Estado, como poder público, pode intervir nas áreas indígenas que são legalmente protegidas?

Segundo a lei Nº 6.001 - de19 de Dezembro de 1973- do Estatuto do Índio, em seu art.2º:

> ...cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua comparência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos;
>
> ...VII - executar sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;"

Esta lei dá pleno direito ao poder público, de executar projetos dentro das áreas indígenas, mas o decreto nº 58.824 - de 14 de Julho de 1966, no artigo 2º, especifica claramente quais as normas para este procedimento:

> ... 2.Tais programas compreenderão ser medidas para:
>
> a) permitir que as referidas populações se beneficiem, em condições de igualdade, dos direitos e possibilidades que a legislação nacional assegura aos demais elementos da população;
>
> b)promover o desenvolvimento social, econômico e cultural das referidas populações, assim como a melhoria de seu padrão de vida;
>
> c) criar possibilidades de integração nacional, com exclusão de toda medida destinada à assimilação artificial dessas populações.
>
> 3. Esses programas terão essencialmente por objetivos o desenvolvimento da dignidade, da utilidade social e da iniciativa do indivíduo.

O poder público pode realizar alguns projetos nas áreas indígenas, desde que os mesmos beneficiem as comunidades. É neste contexto que etnoturismo esta sendo incentivado em algumas cidades do Brasil, um exemplo neste sentido no estado de Mato Grosso do Sul é o município de Nioaque, Localizado a 210 km de Campo Grande, onde começa ocorrer investimentos no etnoturismo indígena e tenta atrair empresários ligados ao setor para desenvolver a atividade na região.

> Recentemente, o município contratou o arquiteto David Rees Dias para construir o Memorial da Cultura Indígena de Nioaque. No local, os índios poderão implementar a produção de artesanato de cerâmica, colares, cestaria e tecelagem. Ao mesmo tempo, os Terenas terão espaço para mostrarem a sua cultura, como danças típicas e festejos realizados hoje na aldeia do município (Correio do Estado On-Line, acessado em 5/8/2002)[6].

Em função desta atividade o município através da participação de diferentes órgãos públicos tem procurado apresentar projetos na área. Representantes dos Terenas, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, Comtur, Funai, Iplan e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, estão procurando através de ações conjuntas, construírem um Memorial. Segundo Paulo José Corrêa, vice-prefeito municipal: *"estamos criando meios para abrirmos novo campo de trabalho em nosso município e o turismo, temos certeza, é o melhor caminho".*

6 www.correiodoestado.com.br/Pages/materias.asp?id=24092&ed=20

Apesar dos estímulos do poder público, o etnoturismo já se mostrou ser uma atividade de caráter duvidosa, visto que trouxe vários problemas para os indígenas no Brasil[7], e este tipo de situação feri a legislação, visto que o artigo 2º do decreto nº 58.824 é claro em relação aos programas realizados em áreas indígenas, já que eles sempre devem "*promover o desenvolvimento social, econômico e cultural das referidas populações, assim como a melhoria de seu padrão de vida"*, ou seja, em nenhuma hipótese eles podem trazer prejuízos a população, porque as ações destes programas devem sempre *"beneficiar as comunidades indígenas" (art.2º da lei Nº 6.001 - de19 de Dezembro de 1973- do Estatuto do Índio).*

Mas mesmo assim, sendo o etnoturismo uma atividade que pode trazer prejuízos para os indígenas, muitos municípios estão apostando suas fichas neste setor, este é o caso de Campo Novo do Parecis onde a publicidade por parte do poder público tenta atrair os visitantes para a reserva indígena:

> UMA BELEZA PARA O TURISMO (...) grande expectativa gira em torno do aproveitamento eco-turístico das aldeias indígenas da região. São no total 2.826 quilômetros quadrados de áreas protegidas, formando as reservas de Bacaval, Seringal, Bacaiuval e Sacre 2 (...) A atual administração municipal quer adotar o eco-turismo como política econômica, voltada especialmente para a sobrevivência das populações indígenas. Campo Novo do Parecis tem uma nação indígena predominante na região: os Pareci, totalizando 202 índios em quatro aldeias locais. Os povos vivem em perfeita harmonia com a população da cidade. O turismo indígena em suas áreas é uma das alternativas econômicas para melhorarem a sua qualidade de vida e alimentação mantendo suas tradições dentro de um etno desenvolvimento sustentável. O turismo indígena já está em fase de estudos pela Prefeitura e órgãos públicos ligados a questão indígena. Suas áreas estão totalmente conservadas e possuem inúmeros atrativos turísticos (http: //www.hil.com.br /camponovo/ turismo.htm, acessado em 05/2002*).*

5 "a reserva indígena de Coroa Vermelha (sul da Bahia), em Santa Cruz Cabrália, está sendo descaracterizada por obras voltadas para os turistas", já que no "lugar dos "kigemes"- residências de madeira e telhado de piaçava -, quem visitar a reserva Pataxó vai encontrar casas de alvenaria , o Pataxopping (com 90 pontos comerciais), um museu e ruas pavimentadas. Notará ainda uma cruz de granito e aço com 15 metros de altura, feita pelo artista plástico Mário Cravo Júnior, para assinalar o local em que o frei Henrique Soares de Coimbra teria celebrado a primeira missa em terra, em 26 de abril de 1500"(Gonzáles, 2002).

.

Este tipo de propaganda é comum no contexto turístico, mas é ilegal no que se refere há áreas indígenas. Como se isto não bastasse, até mesmo a própria atividade turística é ilegal perante a legislação:

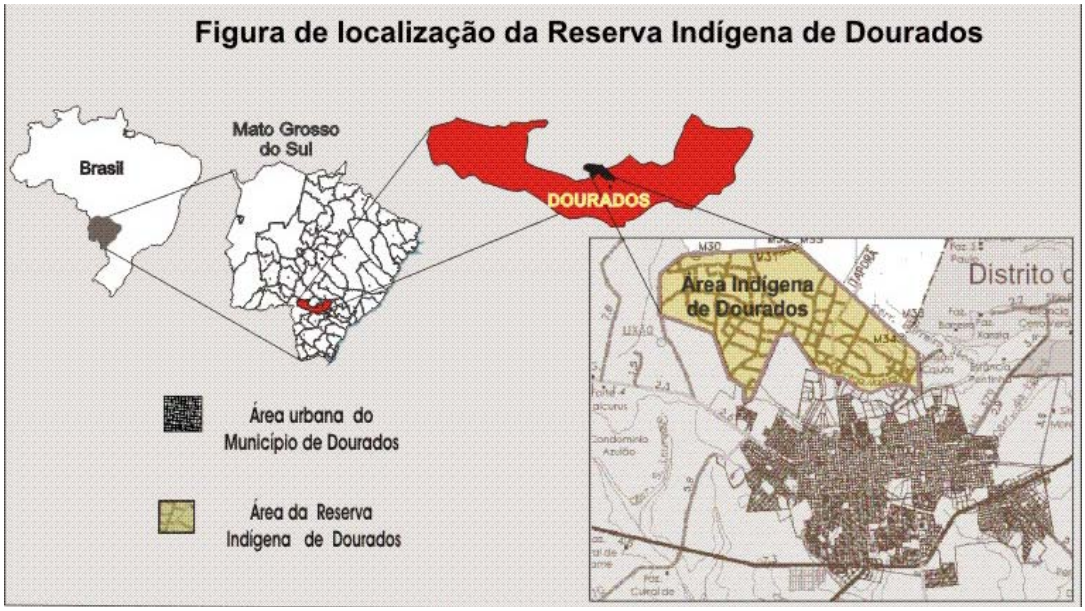
> II - utilizar o índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos. Pena - detenção de dois a seis meses (Lei Nº 6.001 Capítulo II. Art.58. - de 19 de Dezembro de 1973).

É notório que o etnoturismo "fere" este artigo, visto que esta atividade visa a "mais-valia", já que nenhuma operadora deste ramo iria ingressar neste tipo de atividade se ela não promover o lucro.

Nota-se que o etnoturismo indígena, apesar de incentivado pelo poder público atualmente, é totalmente ilegal perante a legislação. Assim a instituição desta modalidade pelos estados e municípios é crime.

5. A Reserva Indígena de Dourados e o Etnoturismo

A Reserva Indígena de Dourados, que oficialmente chama-se Posto Francisco Horta Barbosa, situa-se no sul de Mato Grosso de Sul entre os municípios de Itaporã e Dourados. Ela foi criada pelo Decreto-lei nº 401, de 03/09/1917, e obedece a lei nº 6.001 - Art.26**,** de 19 de dezembro de 1973 do Estatuto do Índio, que dá pleno direito a União de estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas distintas à posse e ocupação pelos índios, onde eles possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais.



O art.27 da mesma lei define claramente o que é uma Reserva Indígena: *área destinada a servir de habitat a grupos indígenas, com os meios suficientes à sua subsistência.*

Assim em uma área habitada tradicionalmente por povos do tronco lingüístico tupi, da família tupi-guarani, falante do dialeto Kaiwá, criou-se esta Reserva, mas apesar do decreto que instituiu esta área ter sido firmado em 1917, o título de posse foi registrado somente em 1925 à comunidade.

A Reserva também é habitada pelo subgrupo Guarani Ñandéva e pela etnia Terena . Os Nãndéva são povos do mesmo tronco e da mesma família lingüística dos Kaiwá, diferindo no dialeto, costumes e práticas rituais. Estes dois subgrupos Guaranis, apesar das diferenças, quando se trata de dificuldades, conseguem conviver em recíproca tolerância num mesmo espaço e até mesmo produzi-lo em conjunto, é o caso das lutas pela recuperação das suas aldeias tradicionais, onde participam juntos de todo o processo.

Os Terenas, por sua vez, são do tronco lingüístico Aruak e não eram, originalmente, habitantes destas terras. Eles foram trazidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com a finalidade de ensinarem aos indígenas da Reserva, um novo sistema de manejo do solo e facilitar o contato e a integração com a sociedade nacional. Isso aconteceu, por terem, os Terenas, uma maior habilidade no cultivo e por aceitarem mais facilmente o sistema do não-índio. O contato destas etnias, acreditava os colonizadores, iria facilitar a integração dos indígenas à comunhão nacional, isto é, às regras do jogo capitalista.

Historicamente, entre os Terenas e os Kaiwás, não há uma relação amistosa A justaposição destas etnias no interior de uma mesma Reserva, causou enormes conflitos.

É importante ressaltar aqui, que, apesar de mais facilmente se adaptarem ao sistema do não-índio, os Terenas também foram usados por estes, para inserir valores capitalistas dentro da comunidade indígena. O Estado aproveitou da diferença cultural e da animosidade histórica entre as duas etnias para “amansar” os indígenas que já habitavam a Reserva, pois ao introduzir os Terenas no seio tribal, possibilitou a maior penetração no seu sistema cultural e, com isso, desestruturou-o (VILALBA et al,1997:31).

A presença da etnia Terena causou a necessidade de se criar um espaço próprio e um sistema de liderança próprio, já que a convivência destas duas etnias em um mesmo espaço físico, se traduzia em permanentes conflitos. (brigas e maior proveito pelos Terenas dos benefícios que vinham de fora como: projetos e donativos). Criou-se assim no lado leste da Reserva um espaço denominado Jaguapiru, onde se concentraram os Terenas, e do lado oeste o Bororó, onde se concentraram os Guaranis e os Kaiwás.

A maioria dos habitantes da aldeia, antes do contato com o não-índio, organizavam-se em famílias extensas compostas por um número de famílias nucleares que variava de

algumas unidades até dezenas. Estas famílias habitavam juntas uma grande casa chamada de óga jekutu. Assim, um dos problemas mais visíveis e de maior gravidade que surgiu com a criação da Reserva, foi à desagregação da família extensa em famílias nucleares, gerando um individualismo difícil de ser entendido.

As famílias extensas eram lideradas pelos mais velhos e pelos rezadores (*johechakáry*), que tinham uma grande força de confluência e, através de reunião (ñembyaty) garantiam o funcionamento da comunidade. Além disso, cada família extensa era bastante autônoma frente às demais e tinham uma maneira quase que singular de resolver seus problemas internos.

Entre 1930 a 1992, muitos índios foram despejados de suas aldeias tradicionais pelo SPI[8] e pela FUNAI[9], e trazidos para a aldeia de Dourados, esta é a principal causa do aumento populacional da Reserva de Dourados. O confinamento na Reserva e a introdução do capitanato, aliados a proximidade urbana vão desencadear a produção de um novo espaço, que na atualidade é radicalmente diferente do anterior.

Outro grande problema vivido na Reserva de Dourados é o vigoroso crescimento demográfico, Conforme o levantamento demográfico apresentado por VILALBA et al:

ANO	POPULAÇÃO	FONTE
1969	1.600	FUNAI
1975	2.150	FUNAI
1977	2.700	FUNAI
1979	3.750	SUCAM
1984	4.500	FUNAI
1991	6.300	FUNAI
1996	9.146 - população estimada	AEB, ref. 1994

O aumento da população, através da sobreposição de clãs, a dificuldade das lideranças em encontrar um sistema organizativo, político e econômico de consenso, dificulta sobremaneira a prática do sistema produtivo tradicional. As constantes crises pela qual a comunidade passa, brigas, estupros, alcoolismo, doenças, refletem as dificuldades dos indígenas em lidar com as coisas do não-índio e com a nova realidade que lhes foi imposta.

Na área da Reserva de Dourados, os elementos da natureza importantes para produção indígena estão degradados, principalmente com o desmatamento para venda de madeira; a proximidade urbana com as duas cidades (Dourados e Itaporã), se traduziu numa grande dependência de produtos industrializados. Diariamente convivemos com

8 Serviço de Proteção ao Índio.

9 Fundação Nacional do Índio.

índios perambulando pelas ruas “à caça de pão velho”, ou restos de restaurantes, supermercados e feira-livre.

Há também o fator religião, que é uma questão que assume grande relevância com a instalação de diferentes seitas do mundo ocidental no interior da reserva:

> proliferação das seitas evangélicas (...), que tem levado alguns índios a vestirem terno e gravata e a carregarem a Bíblia debaixo dos braços (...). Mas as seitas não conseguiram dar respostas às angustias da alma. Nos últimos sete anos, mais de 250 índios se enforcaram em Dourados. Uma absurda marca de quase 36 suicídios por ano, cerca de três por mês (...). A presença das missões desafia o artigo 231 da Constituição e a Lei número 6001/73 (do Estatuto do Índio), que proíbe o proselitismo religioso que ameaça as culturas tradicionais” (Teixeira, 1997).

A incidência dessas diferentes religiões no interior da aldeia é um forte indício de que essas seitas ameaçam a cultura e a religião dos indígenas.

Sobre essa temática ao nível geral, CHAUÍ (1987:82), afirma que:

> as religiões sancionam a versão dominante de submissão aos desígnios ocultos de um poder separado. Em todas elas, os conflitos sociais são figurados, como resultado de ação de forças externas à sociedade, polarizações entre o bem e o mal que se abatem sobre os homens, determinam suas vidas e organizam o real.

Além deste problema, existe o fator do território, já que a área da Reserva é muito pequena para o grande número de moradores, cerca de 3.539 hectares, para aproximadamente 9.500 habitantes no dias atuais[10], proporcionando uma densidade demográfica de 268,4 habitantes por km², que é uma densidade alta em relação às outras áreas indígenas implantadas no território brasileiro. Todavia, esta é uma realidade estadual, já que em todo o Mato Grosso do Sul existem 60 mil índios vivendo com apenas 1% do território do estado, enquanto que no Acre 11 mil índios vivem com 10% território de seu estado (SILVA, 1999:10).

> Pela extensão territorial da Reserva e pelo número de habitantes, observamos que trata-se de uma área, ou melhor, de um espaço geográfico, que não responde nem parcialmente as necessidades espaciais exigidas pelos índios, pois no geral, não oferece sequer

10 Dado de 2001, fornecido pela Secretaria Municipal de Industria, Comercio e Turismo de Dourados.

> meio hectare de terra para cada pessoa. Como é possível sobreviver em uma área absolutamente insuficiente até para a prática da lavoura de subsistência? (VILALBA et all,1997:40).

Esta situação vivida pelos indígenas na Reserva esta ferindo a legislação, já que o decreto Nº 58.824 - de 14 De Julho de 1966, no artigo 14º, afirma que os programas agrários nacionais deverão garantir às populações indígenas, condições equivalentes às de que se beneficiam os demais setores da comunidade nacional no que respeita:

> à concessão de terras suplementares quando as terras de que tais populações disponham sejam insuficientes para lhes assegurar os elementos de uma existência normal ou para fazer face a seu crescimento demográfico;

Como se não bastasse este fator em relação ao território, os indígenas também não podem usufruir integralmente da terra que eles possuem por direito, já que devido ao esgotamento dos elementos naturais: as áreas das matas foram substancialmente reduzidas, os rios foram poluídos, os solos empobrecidos em conseqüência das queimadas tradicionalmente praticadas na região, a fauna sob impacto da caça indiscriminada e do avanço da soja encontra-se seriamente comprometida.

Desta forma, a fome e a subnutrição estão presentes na Reserva. Neste contexto, há de se acrescentar ainda o fato de que a caça acabou[11]. Percebe-se que o próprio termo reserva tornou-se impróprio para aquela realidade, pois ela não oferece os meios necessários para a sobrevivência dos índios que lá residem.

Por outro lado, segundo VILALBA et al, a transformação ilegal da terra de usufruto coletivo em propriedade privada, pelos próprios índios, através da venda da posse do terreno onde moram, impossibilitou a partilha desta entre os membros das famílias que se casam e já tornam-se sem terras no interior da Reserva. Existem muitas famílias nucleares que vivem de favor em terrenos dos outros, tem apenas o local da construção de sua casa e, portanto, para sobreviverem, são obrigadas permanentemente a buscar o trabalho assalariado nas usinas, ou recorrer a changa (trabalho de poucos dias fora da Reserva).

> A changa representa segundo o chefe de posto da Funai, 80% da economia da Reserva. A permanência dos índios na Reserva durante um mínimo de tempo, intervalo de uma safra à outra, tem prejudicado o plantio de suas lavouras e conseqüente afasta os homens de suas

11 ... "Não se acha nem lagartixa",exagera Ramon Machado, 52 anos, capitão.(ISTOÉ/1467-12/11/97: 56)

> famílias. Esse afastamento segundo o capitão, é o principal fator de separação dos casais (VILALBA et all,1997:40).

Ainda, segundo *VILALBA* et all, sobre a conseqüência da privatização da terra, alguns acumulam grande quantidade de hectares que em sua maioria servem para arrendamentos aos agricultores não-índios da "região". O que pode se observar também é que os arrendamentos que antes se davam mais no Jaguapiru, hoje também se estendem para o Bororó, e mesmo índios que possuem menos de dois hectares de terras estão recorrendo aos arrendamentos.

Apesar de ilegais - conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, inciso 2º que diz que cabe aos índios o usufruto exclusivo das riquezas das terras por estes ocupadas - os arrendamentos são vistos pelos índios como necessários, já que não contam com apoio para desenvolver a agricultura na Reserva.

Os indígenas, agora apresentam uma forma de organização política muito diferente de outrora, fruto do alto grau de contato com a sociedade não-índígena e da ação política integracionista do Estado que ao longo período de contato internalizou da sociedade ocidental.

A liderança mais visível se dá basicamente através do "capitanato", que apresenta uma hierarquia muito parecida com a do exército brasileiro - este modo de organização foi implantado pelo Serviço de Proteção ao Índio que tinha "necessidade" de um interlocutor imediato entre os índios, o que possibilitaria ao órgão maior agilidade em suas funções já que passar pelas instâncias de decisões dos indígenas era demasiado moroso.

O "capitanato" foi à maneira mais viável que a classe dominante, defensora do capitalismo, encontrou para fazer a circulação de seus conceitos/concepções. Pois foi através da manipulação destas lideranças que se deu à compra da madeira da reserva, o que causou a devastação de seu meio ambiente. Outra razão da implantação do capitanato era a necessidade de um poder coercitivo dentro das Reservas que coibisse qualquer forma de manifestação contrária ao confinamento.

A justaposição de muitas famílias extensas em uma mesma Reserva sob o comando de uma liderança principal, "o capitão", interferiu na autonomia destas, desestruturando fortemente seus sistemas de organização.

Entende-se também, que no início da implantação do capitanato, houve conflitos entre o sistema político tradicional e o novo sistema, mas, com o tempo, a tendência foi desses conflitos irem se atenuando, visto que a comunidade indígena desta Reserva, não cogita aparentemente a extinção ou substituição do capitanato.

Mas mesmo assim, apesar do muitos problemas e da presença do capinato, percebe-se que a antiga forma de organização em famílias extensas autônomas, não foi totalmente extinta. Nota-se que os parentes buscam morar próximos um dos outros. Portanto, há uma tendência a não aceitar a forma de poder instituído para todas as famílias, os questionamentos sobre qual família vivencia o sistema de organização mais adequado e conseqüente. Desta forma, o capitão passa a enfrentar problemas de ordem puramente político-organizacional. Também passa a ser acusado de usar o poder para benefício próprio e da sua família.

Incapaz de auxiliar na partilha da terra, trabalhar para resolver a questão da fome e da saúde adequadamente, o Capitão vê seu poder questionado e diminuído. Os casos onde há o maior questionamento da legitimidade da ação do Capitão, se dão quando este aplica alguma pena a um membro de uma família extensa, pois neste, caso está interferindo diretamente na organização familiar.

A forma de escolha do capitão sofreu significativas mudanças. No princípio, o capitão era escolhido pela comunidade pelo seu prestígio e bondade, e quando estas virtudes deixavam de existir o capitão era substituído. Hoje parece que a tendência é o Capitão tentar manter-se no poder, mesmo que estas qualidades decaiam. Esse cargo traz alguns benefícios (poder e prestígio, até mesmo entre os não-índios). Por essa razão o cargo é alvo de disputas. Dessa forma, através da coerção ele busca diminuir as fontes de questionamentos existentes e quando estas se tornam muito fortes, o capitão passa o poder para um “conhecido” sem muita consulta à comunidade. Com isso, esta fica ainda mais alheia ao que acontece nos bastidores do poder.

Nesta concepção, VILALBA et al (1997:51). Afirma:

> o que aconteceu realmente é que os índios foram descartados, restando-lhes, simplesmente, uma Reserva ambientalmente devastada. Sua “ viga de sustentação” cultural está drasticamente abalada e ele é, então, uma mão-de-obra que para a atual conjuntura está ficando inútil.

Assim, em conseqüência desta situação, a comunidade e o sistema de liderança por não conseguirem reunir forças para levantar uma discussão a respeito de uma forma de organização mais ligada aos seus interesses, acabam por agarrarem-se em idéias provindas de fora e pouco conhecidas por eles. É aqui que entra a atuação neocolonizadora tanto da sociedade civil organizada em ONGS (organizações não governamentais) como de entidades governamentais. Estas entidades geralmente propõem uma reorganização das comunidades indígenas, através de projetos basicamente econômicos ou religiosos.

É exatamente neste contexto, que o etnoturismo está sendo incentivado no município de Dourados, visto que a atividade turística vem crescendo a cada ano no estado:

MOVIMENTAÇÃO TURÍSTICA NO MS					
Ano	Fluxo	Permanência média	Gasto por pessoa	Brasileiros/Região	Estrangeiros/Países
1999	1.147.000 mil pessoas	3 dias	R$ 80,00	80% SP; RJ; PR; MG.	20% Holanda; Itália; China e Japão.
2000	1.473.846 mil pessoas	3 dias	R$ 80,00	70% MS; RJ; PR; MG; GO; RS; SC.	30% Alemanha; Itália; Bolívia; Estados Unidos; Peru; Holanda; Suíça; Paraguai; Colômbia e Chile.
2001	1.693.000 mil pessoas	3 dias	R$ 100,00	70% MS; RJ; PR; MG; GO; RS; SC.	30% Alemanha; Itália; Bolívia; Estados Unidos; China; Peru; Holanda; Suíça; Paraguai; Israel; Japão.

Fonte: SEPROD – Secretaria de Estado de Produção - MS

Assim a partir de 1999, quando houve um aumento do fluxo de turistas holandeses que utilizam Dourados como 'stop' de um roteiro rodoviário que começa em Foz do Iguaçu e inclui o Pantanal e a cidade de Bonito, surgiu a iniciativa a partir de uma parceria entre os agentes de turismo locais e a Prefeitura, onde se idealizou a implantação de um local adequado para apresentação das manifestações culturais das três etnias presentes na Reserva Indígena de Dourados.

Este Centro Cultural, denominado Guateka - em função da união dos nomes das etnias: Guarani, Terena e Kaiwá – como ideário, deve ser um instrumento de resgate, preservação e produção cultural tradicional da população indígena, utilizando o turismo como precursor dessas mudanças.

6. Centro Cultural Guateka

Para amenizar a situação de precariedade existente na Reserva Francisco Horta Barbosa, descortinou-se a criação do Centro Cultural Guateka, que é um conjunto de cinco ocas que serão utilizadas para exposição de danças e venda de artesanato. No entanto, a proposta do presente projeto não se esgota na utilização do Centro Cultural como espaço exclusivo de apresentações das manifestações culturais indígenas para os turistas, pois segundo o poder público, a finalidade maior do projeto consiste em viabilizar a implantação de um Centro Cultural que disponibilize infra-estrutura necessária e condições suficientes

para a promoção do resgate, valorização e divulgação das tradições culturais mais expressivas da Comunidade da Reserva Indígena de Dourados e que simultaneamente sirva de suporte para consolidar e expandir, de forma controlada, a atividade turística no âmbito da referida Reserva (SEICTUR - Secretaria Municipal de Industria, Comércio e Turismo - 2001).

Neste contexto, o Guateka pode, segundo a prefeitura, "*representar uma contribuição efetiva para o desenvolvimento das três comunidades indígenas presentes na Reserva, já que torna-se crescente o interesse, sobretudo no exterior, pelo turismo que envolve o conhecimento de povos e culturas aborígines*" (SEICTUR, 2001: 08).

Nesse sentido, a perspectiva do poder público é que a exploração da atividade turística na Reserva Indígena impulsionará, para a comunidade, novas oportunidades de geração de renda e emprego, além de outros fatores específicos como:

- Promover, a partir do novo interesse pela cultura indígena desencadeado pelo turismo, pesquisas que permitam a recuperação e disseminação das técnicas tradicionais de elaboração do artesanato e de artefatos em geral representativos da cultura das três etnias presentes na Reserva Indígena de Dourados.

- Promover a renovação e recuperação das fontes de matérias-primas utilizadas para a produção do artesanato indígena tradicional;

- Disponibilizar para visitantes e turistas um local adequado para a visualização e interação com as manifestações culturais das três etnias que na atualidade compartilham a Reserva Indígena de Dourados;

- Criar oportunidade para a dinamização da atividade turística no município.

Apesar da possibilidade de desenvolvimento da Reserva, deve-se ressaltar que este Centro Cultural pode provocar sérios danos a estrutura sócio-histórica existente na atualidade, possibilitando a modificação dos padrões de consumo através do efeito demonstração (exemplo: câmera fotográfica, relógio, óculos etc.). Possibilitando, desta forma, a alteração dos costumes tradicionais através da influência cultural exógena no estilo de vida tradicional. Além de que, o relacionamento existente entre os turistas e os indígenas pode tornar-se precário, devido aos mal entendidos relacionados ao idioma, costumes, valores e padrões de comportamento diferentes.

Mas o fator mais importante, diz respeito à comercialização das tradições, visto que esta atividade pode proporcionar a perda de autenticidade das manifestações culturais (exemplo: festas e artesanatos.), ou seja, ocorre a mercantilização do "imaterial", introduzindo na cultura indígena o comercio da cultura.

7. Questão Cultural

Ao se discutir o etnoturismo indígena, não se pode deixar de ressaltar a influência cultural que a atividade turística pode exercer nas comunidades receptoras, uma vez que o turismo coloca em "choque" culturas diferentes, onde de um lado esta os indígenas e de outro os visitantes, e neste processo, visões díspares de mundo estão em um mesmo local, e é internalizada a idéia e mercantilização da cultura.

Quando se fala da questão cultural na atividade turística, a influência dos turistas sobre os receptores sempre norteia as discussões, principalmente quando se trata das comunidades consideradas tradicionais[1]. Nesta concepção, a valorização das tradições torna-se o eixo-chave do debate.

Primeiramente, é necessário conceituar o que é cultura, o que é o tradicional:

> Os Antropólogos definem a cultura como a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo cooparticipado de modos estandartizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para a ação (LAZZAROTO, 1976).

Já tradição, pode ser entendida, como o processo cujos valores culturais são passados de geração para geração, de "pai para filho". Desta forma, a tradição é um importante instrumento de perpetuação de uma cultura, porque ela é responsável pelo cultivo dos traços culturais de uma determinada comunidade. Assim, "o tradicional" seria toda prática que estiver de acordo com as concepções culturais.

Diante destes conceitos pode-se discorrer a cerca do embate cultural na atividade turística, para isto, é necessário o uso de exemplos mais nítidos no etnoturismo indígena, uma vez que esta atividade é muito recente em Dourados.

Em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, a comunidade indígena aproveitou o fluxo turístico que já existia em torno dos pontos históricos existentes na região e passaram a vender o seu artesanato e apresentarem as suas danças tradicionais. Com o tempo aquele artesanato e aquelas danças se tornaram atrativos saturados, o que levou os indígenas a iniciarem um processo de "desenvolvimento de atrativos culturais", que consisti na invenção de danças e criação de peças artesanais que até então não existiam na cultura pataxó. É

1 Comunidades indígenas, população ribeirinha, pescadores e etc.

exatamente neste aspecto o ponto de discussão entre uma visão naturalista e uma visão econômica.

A visão naturalista aponta que o turismo deve empregar como potencial a ser explorado, caso for necessário, somente as manifestações que não foram construídas pela influência da atividade turística, ou seja, algo “natural”, que existisse anteriormente a atividade turística. Este ponto de vista, enfatiza a tradição como fator essencial de qualquer manifestação cultural. Mas a cultura neste aspecto é algo estático (que não muda), o que é um ponto de vista equivocado, uma vez que a cultura é dinâmica e sempre esta em transformação. É desta característica que a visão econômica se utiliza para justificar a invenção de costumes, a fim de nortear a exploração econômica do turismo sobre as comunidades indígenas. Mas a:

> tradição nunca é totalmente natural: nem é sempre totalmente não relacionada ao passado. A oposição entre uma tradição simplesmente herdada e aquela que é conscientemente moldada é uma falsa dicotomia... O pomo crucial para nossos propósitos é que seu valor como símbolos tradicionais não depende de uma relação objetiva ao passado... O estudioso pode objetar que tais costumes não são genuinamente tradicionais, mas eles têm tanta força e tanto significado para seus praticantes modernos quanto outros artefatos culturais que podem ser traçados diretamente do passado. A origem das práticas culturais é amplamente irrelevante para a experiência da tradição: autenticidade é sempre definida no presente. Não é a existência de um passado ou a transmissão que define algo como tradicional. Antes, o último é uma designação simbólica arbitrária: um significado designado antes que uma qualidade objetiva (Handler e Linnekin, 1984, p.285-286).

Percebe-se que o fator primordial para algum costume ser considerado tradicional é o valor que ele possui para a comunidade que o manifesta. No entanto, por mais que os novos traços culturais criados na atividade turística sejam representativos no que se refere ao valor econômico, uma vez que representam o sustento da comunidade indígena, eles não simbolizam o conjunto de padrões de comportamento, de valores morais e materiais, característicos da comunidade. Entende-se diante desta conjuntura, que a massificação da cultura através do turismo, ao invés de provocar um rearranjo cultural, que é algo comum, pode proporcionar uma “alienação cultural”, que se manifestaria com o acelerado processo de “desenvolvimento de atrativos culturais”, a fim obter a comercialização desta “cultura

alienada". Neste aspecto os novos costumes não manifestam a forma de viver, as crenças, os ritos que são traços da essência cultural de um povo e por isso são considerados como integrantes de uma tradição, as invenções são apenas produtos para um mercado consumidor.

8. Análise dos Agentes Envolvidos

Após entrevistas com alguns dos agentes envolvidos na atividade turística na Reserva Indígena de Dourados, conclui-se que nenhum dos envolvidos consideram que o turismo pode trazer qualquer prejuízo para a comunidade indígena.

O poder público escolheu o etnoturismo como forma de ajudar os indígenas diante das dificuldades econômicas e sociais:

> Primeiramente a gente pensou em um projeto que desse condições de uma melhoria de vida para os indígenas, um aumento da renda deles, alguma coisa que pudesse melhorar a auto-extima deles que andava muito baixa. Então se pensou nesse projeto como forma de valorizar a cultura deles e também fazer dentro desse centro cultural um centro gestor, isto vai incluir as universidades todas do município, a prefeitura e a própria comunidade indígena para tentar realizar pesquisas para melhorar ainda mais o cotidiano deles.[12]

Mas este centro gestor proposto, que teoricamente teria a participação indígena, não ouviu a comunidade, simplesmente idealizou-se a idéia deste centro cultural e impuseram aos indígenas, não perguntando se eles podiam opinar sobre a construção desta idéia, apesar da comunidade mostrar interesse em colaborar neste processo:

> Geralmente, o branco quando quer ajudar o índio, ele já chega com o projeto pronto, sem chance do índio dar a sua opinião, então muitas vezes isto é um lado muito ruim que depois mais tarde este projeto pode não dar certo (...) eu queria que antes de fazer este projeto, que viesse aqui conversar com os índio, os interessados na cultura (...), o certo mesmo é as autoridades virem aqui, fazer uma reunião com os pessoal do movimento da cultura da aldeia (...) e vê que tipo de projeto os índio aceitaria melhor, acho dessa maneira os projeto teria

12.- Entrevista com o Assessor turístico Nehemias Rodrigues de Matos, da SEICTUR - Secretaria Municipal de Industria, Comércio e Turismo de Dourados – 7/2003.

> uma futuro mais melhor.[13]

Apesar de não terem participado do processo de elaboração do Guateka, os indígenas aceitaram a proposta do projeto:

> Eu acredito na minha opinião, (...) iria ajudar muito, porque ela iria gerar emprego, então o índio hoje também necessita de muito emprego (...) Melhoraria bastante, porque a gente tem experiência com os turista holandês aqui, chegou a vir dois grupos por semana, dois ônibus por semana, uma terça outra quinta, então eles trazia muito dinheiro pra gente na venda de artesanato, a gente vendia muito artesanato pra eles, eles pagava a gente pra nos mostrar, a nossa cultura pra eles, eles vinha aqui e gastava muito dinheiro com a gente (...) Então só tinha positivo, que até eles trazia muitas coisas pra gente, como material escolar, roupas, incentivava a gente na cultura e ensina a gente como a gente pode fazer por exemplo, numa situação ou numa outra,por exemplo, eles viram e logo que chegaram reclamaram que tinha muito plástico jogado nas ruas por aí, então reclamaram e incentivaram nós a limpar essas ruas a fazer a faxina nas ruas, então nos fizemos isso aí e eles acharam muito bom e a gente gostou também porque este lado da higiene é muito bom.[14]

Percebe-se que a comunidade indígena abraçou o projeto como se ele fosse uma "luz no final do túnel", diante das dificuldades que enfrentam, como a influencia da cidade:

> Ela atrai muito, por exemplo, o índio também quer se vestir bem, quer ter uma televisão colorida em casa, antena parabólica, aparelho de som, eles quer ter carro, quer ter moto, quer ter casa boa, então tudo isso influencia também na vida do índio aqui. (...) Nem todos os índio quer ser índio hoje em dia (...) Isto é muito ruim, porque, por exemplo, aqui tem quase 10.000 índio e muito pouco pratica a tradição do índio que nem a dança, a dança dos índio a pajelança, essas coisa, são poucos índio (...) devido o lado negativo, que muitas imprensa mostra do índio, só um lado negativo. E tem o lado positivo que a imprensa quase não mostra, então isto é muito ruim[15].

13 - Entrevista com o Renato Jorge, membro do Núcleo de Tradições Terena, 03/2004.

14 Entrevista com o Getulio, Cacique Kaiwá 03/2004.

15 Entrevista com o Luciano Arévolo, Capitão da Aldeia Bororó 03/2004.

Além disso há dificuldade na produção do artesanato uma vez a flora natural da reserva foi devastada ao longo dos anos, desta forma algumas plantas que são utilizadas na confecção das vestes e dos artesanatos tradicionais não são mais encontradas com facilidade na reserva. Outra questão é importante ressaltar, há rivalidade entre o artesanato indígena e o comercializado no centro urbano de Dourados, isto influência de certa forma os indígenas a alterarem o artesanato tradicional.

> Existe muitos artesão indígena que mistura a semente com a miçanga também, mas o turista são sabido eles vê que tem miçanga eles não compra. Por esse lado ele incentiva muito a voltar a origem (...) nos marca um dia pro grupo ir caçar no pantanal, então a gente vai em grupo e a gente caça e pesca e traz todas matérias primas que precizar,por que no Pantanal tem muito (...) Por isso que o nosso artesanato são mais caro que o da cidade, porque os que vende na cidade são de hippies, então eles são concorrente nosso, acontece que os artesanato que eles faz são mais barato porque são matérias fácil na cidade, porque compram miçanga por exemplo, agora nos que fazemos nossos artesanato com semente, então semente como ta difícil agente busca longe então por isso é mais caro[16].

Percebe-se que a comunidade indígena vê com “bons olhos” a atividade turística, uma vez que ela representa a esperança de melhora de vida

> No lado econômico, ele trouxe só os positivo porque, por exemplo, os dinheiro que eles deixavam aqui pra nós, pra eles pagar o grupo pra dança, todas essas coisa aí, as roupa que eles traziam, material escolar, essas coisa nunca tivemos aqui[17].

9. O Incêndio do Centro Cultural Guateka

> Um incêndio destruiu grande parte do Centro Cultural Guateka (...) O incêndio aconteceu na madrugada de ontem e até por volta de 12h de segunda-feira a fumaça ainda se espalhava pela aldeia. Ninguém soube informar a autoria do incêndio, que acredita-se ter sido criminoso”(11.Nov.2003. Fonte: http://www. progresso .com.br /not_view.php?not_id= 5038)
>
> este ato prejudica muito, porque a cultura não é só a língua, é o jeito de ser, sua casa, de se divertir, de se vestir, e quando pega fogo

16 Entrevista com o Elio Nimbu, Capitão Jaguapiru 03/2004.

17 Entrevista com o Carlos Antonio Duarte, Cacique Guarani 03/2004.

> num centro cultural, você está queimando, podemos dizer, a cultura Guarani, Kaiowa e Terena".(Anastácio Peralta, Coordenador Municipal de Assuntos Indígenas / 10 de Nov. 2003. http://www.dourados.ms.gov.br/agcom-noticias/interna.php?num=2190_, acessado em 11/2003).

Como é notório nas citações o Centro cultural Guateka foi incendiado, decorrente de uma "onda" de vandalismo que começou a "pairar" sobre a reserva indígena. Inicialmente incendiaram algumas casas de reza e depois centro o cultural que estava em fase de construção.

Estes atos são produtos da violência que aumenta na reserva, decorrente da própria origem da Reserva e das profundas transformações sociais e culturais.

> É um lugar considerado um pouco mais violento, a cada ano que passa, por motivo de falta de segurança também. Então as pessoas que [consomem][18] bebidas alcoólicas, essas coisa, eles vê que não tem segurança, então eles abusam um pouco mais da bebida, então a violência vem junto também (...) é muito fácil buscar as bebidas alcoólicas na cidade (...) As vezes até o próprio o dono do mercado que eles compra traz pros índio (...) a entrada do branco que traz a bebida alcoólatra pode trazer a droga também, então eu acredito que tem fato real na ocorrência policial[19]

Muitos indígenas consideram que a influência do não-índio é grande responsável pela violência da reserva, uma vez que desrespeitam o art. 58 da Lei Nº 6.001 - de 19 de Dezembro de 1973[20], que penaliza com detenção de seis meses a dois anos, as pessoas que venham "*propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais e entre índios não integrados"*. Além de que, muitas vezes, índios são influenciados a agirem segundo o não-índio, como afirma o cacique Getulio:

> Ele cita como exemplo o incêndio na Casa de Reza, que segundo Getúlio teria sido praticado, criminosamente, por um índio, que teria agido incentivado por brancos. "Eles aproveitam os mais coitados para jogar um contra o outro, nós vamos procurar a Justiça Federal e exigir que todos os brancos deixem a Reserva Indígena, este espaço é nosso, nós não entramos nas terras dos brancos e não queremos que eles entrem na nossa terra", disse Getúlio. Ele acha que cerca

18 Palavra introduzida para dar sentido a frase, uma vez que por falta de estudo, muitos indígenas não expressam na fala a concordância da língua culta.

19 Renato Jorge, Núcleo de Tradição e Cultura Terena 03/2004.

20 Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

> de 50 brancos vivem na Reserva Indígena de Dourados. Na maioria são brancos que se casaram com índias. "Não vamos mais tolerar a presença destes brancos, queremos paz na Reserva", afirma o cacique" (http://www.oprogresso.com.br /notview.php?notid=4259 acessado em 11/2003).

Observa-se que a reserva indígena está passando por uma série de problemas, onde as casas de reza e o Guateka foram algumas vítimas a mais neste cenário de conflitos. Desta forma, os indígenas que tinham "esperança" de melhorar de vida através da consolidação do turismo, se viram de "mãos atadas" diante da situação em que vivem.

> A gente em uma maneira em geral ficaram muito sentido com isso porque é muito ruim, a gente vê uma oca de um movimento cultural sendo queimada ,por exemplo, a gente considerada uma oca como uma igreja pra gente, da cultura né, então é muito ruim essa queimação de oca que acontece por aí, prejudica todo mundo assim, mesmo que a pessoa não usa no movimento cultural, as pessoas ficam muito sentida de maneira em geral[21].

10. Considerações Finais

A implantação do turismo na Reserva indígena de Dourados, por parte do poder público municipal, representa para os indígenas, uma "esperança" diante dos problemas que enfrentam, uma vez que possuem poucas condições de subsistência nos atuais moldes de vivencia no interior da reserva.

Apesar desta significância, o turismo já mostrou possuir alguns pontos problemáticos no que se refere ao etnoturismo, seja na excessiva mercantilização da imagem e cultura indígena, seja na invenção de costumes não pertencentes à cultura tradicional – decorrente da dinâmica capitalista, que exige sempre novos produtos para o mercado que atua –, seja na implantação de infra-estrutura que descaracteriza o meio habitado pela comunidade tribal.

Muitas das conseqüências negativas do etnoturismo são decorrentes da falta de informação a respeito da atividade turística por parte dos indígenas, uma vez que aceitam a implantação desta atividade em seus territórios sem possuírem conhecimento a respeito desta atividade econômica, o que os impossibilita de participarem do planejamento desta atividade junto ao poder público no momento de idealizarem as estruturas necessárias ao turismo e as ações que possibilitarão o fomento desta atividade.

21 Renato Jorge, Núcleo de Tradição e Cultura Terena 03/2004.

Neste sentido, este trabalho poderá servir de instrumento teórico para estas comunidades, quando descortinarem a possibilidade de implantação do etnoturismo. Para que seja evitada a excessiva mercantilização de suas culturas, como já acontece, em Porto Seguro e já está acontecendo em Dourados, mas em um estágio inicial, já que os indígenas já se apresentam para turistas, no entanto, suas manifestações não se tornaram saturadas ainda. Só que observamos uma alteração sócioespacial. Social, porque o turismo está representando para a comunidade, uma "salvação" diante dos problemas que enfrentam. Espacial, porque além da possibilidade de renda para os indígenas, está alterando espacialmente a reserva, uma vez que descortina-se a pavimentação da rua principal da reserva, os indígenas passaram a não deixar lixo nas ruas, já que os turistas não gostam da visão de uma aldeia indígena "esteticamente suja", além do própria projeto Guateka, que representa a construção de uma estrutura turística.

REFERÊNCIAS

5.1 Referências Impressas

BENI, Carlos Mario. *Política e estratégia de desenvolvimento regional*: planejamento integrado do Turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1997.

CARNOY, Martim. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1998.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia***.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

Decreto Nº 58.824 - de 14 De Julho de 1966 - *Convenção Nº 107 Sobre as Populações Indígenas e Tribais.*

GONZÁLES C. *Celebração do Descobrimento muda cotidiano dos Pataxós*, Jornal Folha de São Paulo, 27/02/2000.

GRUNEWALD, R. A.. *Turismo e o "Resgate" da Cultura Pataxó*, in: BADUCCI JR., A. e BARRETO, M. *Turismo e identidade local: Uma Visão Antropológica -Campinas/SP: Papirus 2001.*

HANDLER, Richard e LINNEKIN, Jocelyn. "Tradicion, genuine or spurious". *Journal of American Folklore* n° 385, v.97, 1984, p273-290.

LAZZAROTTO, Danilo. *Antropologia: uma teoria da evolução cultural*. 2ª ed. Porto Alegre, Sulina, 1976.

Lei Nº 6.001 - De 19 de Dezembro de 1973 - Dispõe Sobre *O Estatuto Do Índio*.

LUCHIARI, M.T.D.P. *Turismo e Território: sustentabilidade para quem?* UNICAMP/SP,1999. (apostila).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Moraes. 1984.

SAHR, C. L. L**.,** SAHR, W. *Etnicidade e Formação Sócio-Tecnológica no Imaginário Turístico-Cultural dos Campos Gerais – PR,* Caderno de Resumos do VI Encontro Nacional de Turismo em Base Local, Campo Grande, 2002.

SEICTUR, Secretaria Municipal de Industria, Comércio e Turismo. *Centro Cultural Guateka*, Dourados - MS, 2001 (apostila)

SILVA, M. O DRAMA KAIWÁ: *Uma outra descoberta do Brasil*. SEEP, Senado Federal. Brasília-1999.

TEIXEIRA, P. C. "Todo dia é dia de dízimo." In : *ISTO É*. N 1467, 12.11.97.

VILALBA, M. S., SANTOS, M. F., SANTOS, P. *O Processo de (Re) Organização Espacial Indígena Pai Tavyterã Na Reserva de Dourados – Ms.* Monografia de conclusão do curso de Geografia- UFMS, Campos Dourados, 1997.

5.1 Referências da Web

BRAGA,V. *Possibilidades de Impacto do Ecoturismo*. Ecologia On-Line: www.electus. om.br/ letras/artigo-3. acessado em 12/08/02.

Correio Do Estado On – Line: Nioaque prepara plano de turismo, www.correiodo stado.com.br/Pages/materias.asp?id=24092&ed=20, acessado em 15/8/2002.

Economia e Turismo. Terra a vista: http://www.terravista.pt/ portosanto/453/O%20 turismo%20na%20Economia%20Portuguesa.htm, acessado as 17:27 do dia 21/11/02.

FRAGA,Hélio, Estadão.com.br, Suplemento de Viagens: http://www.estado.estadao. com.br/ suplem/viag/99/03/23/viag001.html# inicio, publicado em 23/09/99, acessado 26/09/02.

O Progresso.com.br: http://www.progresso.com.br/notview.php?notid=503811 e http:// www.oprogresso.com.br/notview.php?not_id= 4259 acessado em 11/2003.

ORGULHO, S., *O Índio, a Natureza e o Turismo*, Folha do meio Ambiente: http://www .folha domeioambiente.com.br/fma-125/indio.htm, acessado em 26/09/02.

Portonet, *Site da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis*, http://www. portonet.com.br/ guia/cultura.asp, acessado em 26/09/02.

SEGOVIA, J., *Turismo Indígena em Chile*, Encuentro idigena: www.encuentroidigena. cl/ ensayos/etnotur.htm, consultado em 22/08/02 .

SILVA, M. *Nace el Turismo Indígena*, Linux.com.cl: www.linux.soc.uu.se/mapuche/ news01/merc001129.html, acessado em 29/11/200.

Site Oficial da Prefeitura de Dourados: http://www.dourados.ms.gov.br/agcom-noticias/interna. php?num=2189 e http://www.dourados.ms.gov.br/agcom-noticias/interna.php?num=2190, acessado em 11/2003.

TAHUTA, S., *Viva la Revolucion!* Náutica.com.br: http://www.Revistanauticaonline. com.br/materias/TurCruzeiro/turrevolucao/Turrevolucao.html, acessado em 26/09/02.